

Antropologia, Gênero e Sexualidade

Antropologia e questões de gênero e sexualidade no Brasil: mais além da participação observante

Camilo Braz¹

Em 2015, como parte do Seminário ABA+60, realizado com o intuito de comemorar os 60 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Comitê Gênero e Sexualidade² propôs uma mesa-redonda intitulada “Antropologia e questões de gênero e sexualidade no Brasil: mais além da participação observante”. Tendo como eixo norteador o tema geral do evento, que versava sobre os cenários contemporâneos e as perspectivas para o futuro no que tange à atuação de antropólogos/as na esfera pública, a proposta principal dessa mesa foi a de promover reflexões retrospectivas e prospectivas acerca do fazer antropológico nos debates públicos em torno de questões relacionadas ao gênero e à sexualidade no Brasil. Para isso, propomos, como ponto de partida, a conhecida e bastante debatida expressão “participação observante”, utilizada por Eunice Durham em artigo da coletânea *A aventura antropológica* (organizada por Ruth Cardoso em 1986). O texto falava das potencialidades e limites, avanços e desafios em torno da prática antropológica e do posicionamento etnográfico no contexto dos chamados “novos movimentos sociais” brasileiros. Suas reflexões apontavam como uma espécie de “marca” da atuação de antropólogos/as brasileiros/as no cenário da abertura política o modo como a crítica à objetividade científica se traduzia, aqui, em engajamento político e em uma postura de aproximação e aliança junto às populações estudadas, convidando a reflexões críticas a respeito do posicionamento dos/as pesquisadores/as nessas arenas e das dimensões e implicações políticas de suas atividades. Convidamos, assim, um conjunto de especialistas do campo de estu-

1 Universidade Federal de Goiás (UFG).

2 No biênio 2015-2016, o Comitê teve a seguinte composição: coordenadora: Regina Facchini (Unicamp); vice-coordenador: Camilo Braz (UFG); Ana Paula da Silva (UFF); Cecília Sardenberg (UFBA); Fátima Weiss de Jesus (Ufam); Flávio Luiz Tarnovski (UFMT); Heloisa Buarque de Almeida (USP); Paula Sandrine Machado (UFRGS); Lia Zanotta Machado (UnB); Rozeli Porto (UFRN); Sérgio Carrara (Uerj).

dos antropológicos sobre gênero e sexualidade no Brasil para tecer reflexões críticas acerca de tais discussões com foco na atualidade: Adriana Piscitelli (Unicamp), Lia Zanotta Machado (UnB) e Júlio Assis Simões (USP), além de Carlos Guilherme do Valle (UFRN) como debatedor. Neste dossiê, o/a leitor/a encontrará os resultados desse instigante diálogo.

Lia Zanotta Machado traz uma discussão a respeito do engajamento na defesa dos direitos das populações e grupos estudados pelos/as antropólogos/as e seus possíveis efeitos, simultaneamente políticos e epistemológicos. Toma como ponto de partida a questão da inserção política como marca da antropologia realizada (não apenas) no Brasil para defender que “o fazer antropológico supõe a inserção social e política e o fazer metodológico, teórico e analítico”, criticando, desse modo, certa artificialidade da postura dicotômica entre o fazer político e a produção de conhecimento teórico. Traça um panorama histórico do “caráter da proliferação de outros a partir da antropologia feminista”, em uma leitura crítica da recepção brasileira de obras de Marilyn Strathern, para falar das relações entre a antropologia e as críticas tecidas pelos feminismos e movimentos homossexuais e LGBTT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais). Mostra, assim, como a antropologia construiu novas questões e problemas – políticos e teóricos – a partir dos estudos de gênero e sexualidade por meio de uma discussão retrospectiva e prospectiva sobre as “marcas” desse fazer antropológico no Brasil (e também para além dele) a partir de uma análise de questões que já eram trazidas por Eunice Durham no artigo já mencionado. Um campo de discussões que, se já estava presente nos anos 1980, se complexifica nas últimas décadas a partir do “reconhecimento da proliferação das outridades”. Assim, a autora parte de seu próprio posicionamento para tecer reflexões e considerações densas a partir da antropologia de gênero e da antropologia feminista, que, na sua visão, fazem “proliferar os outros” e “deslocam a outridade”, a partir da apresentação de sua própria pesquisa a respeito de gênero e violência, com foco na aplicação da Lei Maria da Penha, por meio de uma etnografia em um juizado especializado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Distrito Federal.

Adriana Piscitelli, em seu artigo, parte também de suas próprias experiências como pesquisadora para trazer uma discussão sobre as investigações a respeito do trabalho sexual e tecer comentários em torno do posicionamento antropológico, tanto em termos de atuação política quanto no que tange à produção de conhecimento no campo dos estudos de gênero e sexualidade, na esfera pública. A autora destaca variadas disputas políticas em tais arenas, partindo do posicionamento de que elas envolvem diversos âmbitos de governamentalidade em variados contextos nacionais – apontando, contudo, suas nuances contemporâneas no cenário brasileiro.

A autora mostra como, nas produções antropológicas brasileiras em torno da temática da prostituição, desde os anos 1970, havia, por parte de pesquisadores/as, certa aproximação com os sujeitos de pesquisa, além da marcada “preocupação por não reforçar as conexões entre prostituição, desvio e delinquência”, embora não houvesse, naquele momento, uma “identificação política” com tais sujeitos – processo que aparece mais nitidamente nos estudos realizados a partir dos anos 2000, em um cenário de ampliação e politização dos campos de estudos sobre gênero e sexualidade no país. É nesse cenário contemporâneo que, como nos mostra a autora, os estudos, realizados, muitas vezes, concomitantemente à colaboração estreita com a prática política, passam a dialogar “de maneira crítica com políticas que têm restringido o sexo comercial e limitado as mobilidades das pessoas vinculadas à prostituição no país e no exterior”. Nesse cenário, em que o engajamento político é reconhecido como tendo efeitos na produção de conhecimentos situados, o lugar de pesquisador/a passa a ser cada vez mais problematizado criticamente, levando a inovações nos fazeres etnográficos. A autora ressalta, por exemplo, o modo como tais estudos têm contribuído para o refinamento das discussões em torno de certas categorias mobilizadas nas discussões sobre prostituição, tais como a de violência.

Se a ampliação das perspectivas analíticas e a complexificação dos marcos explicativos no que diz respeito à prostituição são efeitos importantes do engajamento político na produção de conhecimentos em torno dessa temática, Piscitelli questiona e traz como um dos desafios contemporâneos para tal campo de estudos a questão

do impacto desse conhecimento antropológico situado – e, especialmente, dos modos como ele vem sendo apropriado – na chamada esfera pública. Especialmente em um cenário contemporâneo de crescente conservadorismo em torno dos debates sobre gênero e sexualidade no Brasil.

Trazendo preocupações semelhantes, embora partindo de outros recortes de pesquisa, o artigo de Júlio Simões traça um panorama histórico das transformações epistemológicas e políticas pelas quais tem passado o campo de estudos antropológicos em diversidade sexual e de gênero no Brasil. O autor fala do modo como tais estudos lidaram com as categorias classificatórias que incidem na produção de sujeitos e identidades a partir de suas dimensões simbólicas, suas transformações e também controvérsias. Mostra como essa antropologia “sensível à reavaliação contextual de suas próprias categorias, questões e temas, em termos de sentidos e valores políticos” vem problematizando cada vez mais a atuação do/a antropólogo/a no que diz respeito às relações e tensões entre ativismos e academia. Uma questão que não é necessariamente nova, mas ganha novas conotações em um cenário contemporâneo de “impasses e desafios persistentes” quando levamos em consideração o modo como os chamados “direitos LGBT” e as políticas públicas voltadas para tais segmentos se encontram ameaçados na atual conjuntura política brasileira, especialmente no âmbito do Legislativo e do Executivo.

Tais trabalhos trazem, assim, questões absolutamente relevantes para o fazer antropológico contemporâneo ao indagarem criticamente acerca dos possíveis efeitos, tanto políticos quanto em termos de produção de conhecimento, da atuação de antropólogos/as – e da Associação Brasileira de Antropologia – na esfera pública, partindo de indagações e problematizações densas (política, teórica e etnograficamente) em torno do campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Trata-se de um conjunto de artigos que, em primeiro lugar, mostra quanto a produção antropológica realizada no Brasil em torno de questões relacionadas a gênero e sexualidade cresceu e se consolidou nas últimas décadas a partir de um diálogo estreito com variados campos relacionados às demandas por direitos sexuais e reprodutivos tanto no âmbito dos ativismos e dos diversos movi-

mentos sociais quanto no de leis e da formulação, implementação e gestão de políticas públicas. Os textos mostram como a atuação de antropólogos/as em tais arenas, se não é algo exatamente recente, foi ampliada e complexificada nos últimos anos. E tratam não apenas dos debates contemporâneos em torno do posicionamento antropológico em relação a tais temáticas, num cenário de aproximações e tensões entre ativismos e academia, mas também dos desafios que se colocam para a efetivação de direitos no atual cenário político brasileiro.

